

O Ginásio Polivalente de Alfenas e os vestígios das práticas escolares (1971-1979)

Juliana Miranda Filgueiras

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
jufilgueiras@gmail.com

Jorge Eduardo Lima Araújo

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Lambari – Minas Gerais – Brasil
jorgeeduardolima@gmail.com

Resumo: O artigo analisa a criação de um ginásio Polivalente na cidade de Alfenas e examina aspectos das práticas escolares estabelecidas durante a primeira década de sua existência. Com um olhar sobre a cultura escolar, documentos localizados na escola e duas entrevistas foram tomados como fontes, o que possibilitou examinar as especificidades das práticas estabelecidas na instituição em um período de significativas mudanças na educação brasileira após a implantação da lei n. 5.692/71. A pesquisa mostrou o movimento de estruturação da escola, sua característica vocacional e o funcionamento das disciplinas técnicas. As experiências cotidianas indicaram a construção de rituais cívicos que fomentavam a constituição de uma identidade coletiva, mas também evidenciaram os conflitos e resistências de professores e alunos.

Palavras-chave: Cultura escolar. Polivalente. Alfenas.

Introdução

Durante a Ditadura Militar no Brasil foram instalados, em vários Estados, os Ginásios Polivalentes, criados a partir de um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID - *U.S. Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Esta modalidade de escola teria como proposta central ofertar um ensino que associasse iniciação técnica e educação geral. Após a implantação da Lei nº 5.692/71, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, o projeto dos Polivalentes passou a ser orientado para atender à nova reforma educacional, ao oferecer um ensino de 1º grau vocacional. A cidade de

Alfenas, localizada no sul de Minas Gerais, recebeu um desses ginásios em 1971, como parte da fase dois do projeto.

Este artigo¹ tem como objetivo analisar o processo de implantação do Ginásio Polivalente na cidade de Alfenas e examinar alguns aspectos da constituição das práticas escolares durante a primeira década de sua existência². A partir da perspectiva da cultura escolar, o estudo investigou os vestígios dos fazeres cotidianos da escola, inteligíveis somente por meio da análise de sua dinâmica interna, que produz uma cultura original e específica, conforme enfatiza André Chervel (1990).

Segundo Antônio Vinão Frago (1995, p. 68-69), cada instituição educativa constitui, ao longo do tempo, normas e práticas que configuram uma cultura específica. Apreendê-la envolve conhecer toda a vida da escola, “o conjunto de aspectos institucionalizados”, que abarca “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais [...], e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas”. Nesse sentido, tomar como objeto a cultura empírica da escola (BENITO, 2017, p. 86), construída pelos rituais e experiências cotidianas, permite examinar como as reformas educacionais foram e são apropriadas e transformadas, como os sujeitos “traduziram e traduzem as regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos em práticas escolares” (VIDAL, 2009, p. 26).

Para tanto, o trabalho utilizou como fontes os documentos do arquivo morto da escola³ e duas entrevistas: com um professor, que lecionou na escola desde sua criação, e uma diretora, que permaneceu no cargo durante toda a década de 1970⁴. A escolha dos dois educadores deu-se em razão da participação que tiveram durante a trajetória inicial do Polivalente de Alfenas, entre os anos 1970 e 1980. Conforme destaca Augustin Escolano Benito (2017, p. 35), essas fontes, resquícios de diferentes dimensões, possibilitam conhecer a história das instituições educativas, as culturas que inventaram e recriaram.

Quanto aos vestígios preservados pela escola, fez-se necessário dar atenção ao que Diana Vidal (2007, p. 64) destaca sobre os critérios que levam à guarda ou descarte

¹ O artigo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), n. processo CHE-APQ-01599-15.

² A periodização foi estabelecida em razão das fontes localizadas no arquivo da escola, do momento de criação da instituição ao final dos anos 1970.

³ O Polivalente foi municipalizado na década de 1990 e funciona, atualmente, como uma escola que oferece o ciclo final do Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano.

⁴ Com o objetivo de garantir o anonimato dos entrevistados, foram mantidos os termos diretora e professor.

dos documentos. O valor dado aos registros escolares situa-se, sobretudo, no arquivo corrente, “em razão da importância desses documentos como operativos na condução dos trabalhos administrativos da escola”. Desse modo, a documentação mais antiga acaba sendo descartada ou transmitida ao arquivo morto, devido a sua pouca utilidade prática no dia a dia da instituição. No Polivalente de Alfenas os documentos estavam armazenados na sala da secretaria e em uma sala anexa. Apesar de lacunares, essas fontes documentais, ofícios, comunicados, circulares, relatórios, etc., ao serem interrogadas e interpretadas, permitiram desvelar algumas práticas no cotidiano dessa instituição.

Como forma de complementar os vestígios deixados no arquivo morto, as memórias dos atores escolares ajudaram a elucidar como a escola integrou a vida desses sujeitos, as experiências de trabalho e ações coletivas. Nesse sentido, as proposições de Pollack (1992) e Portelli (1997) auxiliaram a compreender como estas narrativas de vida, construídas por meio das memórias, são fenômenos sociais que abordam acontecimentos coletivos e partilhados. As memórias escolares foram fundamentais para investigar as representações das práticas que conformaram o dia a dia do ginásio Polivalente de Alfenas. Segundo Aragão, Timm e Kreutz (2013, p. 30), as contribuições da História Oral demonstram “um importante caminho metodológico para os estudos das culturas escolares, na medida em que observa os sujeitos como atores nesse universo”. Os testemunhos dos educadores entrevistados contribuíram para a apreensão de suas experiências e do processo de constituição da cultura escolar específica daquela escola.

Por ter sido criado no contexto de uma importante reforma educacional, pesquisar o Polivalente de Alfenas permitiu apreender o modo como as normatizações foram colocadas em prática na instituição, as experiências vividas pelos membros da comunidade, as apropriações, conflitos e resistências. Assim, em uma perspectiva de história regional e local, o estudo centrou o olhar em uma instituição específica do interior de Minas Gerais, criada em meio ao processo de reestruturação da educação brasileira por meio da lei nº 5.692/71.

A criação do ginásio Polivalente “Antônio Joaquim Vieira”

A década de 1960 foi marcada por intensos debates sobre a função da escola secundária no Brasil. O Ensino Médio abarcava, à época, diversas modalidades – Secundário, Normal e os cursos técnicos Agrícola, Industrial e Comercial. De acordo com Maria Rita de Almeida Toledo (2017, p. 182), existiam diferentes projetos em

disputa para a reestruturação desse nível de ensino, como a defendida por Anísio Teixeira, que propunha uma escola que formasse todos os jovens, “com um currículo que contemplasse as técnicas e a tecnologia”. As discussões sobre a renovação do Ensino Médio levaram à criação de escolas com propostas educacionais que buscavam renovar o currículo, como os Ginásios Modernos e os Ginásios Vocacionais. Estas escolas pretendiam integrar “estudos humanistas e científicos ao lado de práticas de ofício” (NUNES, 2000, p. 54).

Dentre os projetos desenvolvidos, com o objetivo de implementar inovações no ensino secundário, estavam os Ginásios Polivalentes, que começaram a ser instituídos a partir da criação dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT)⁵. O projeto integrava as ações da *Aliança para o Progresso*, e o primeiro convênio que tratava de mudanças no Ensino Médio foi assinado no começo da Ditadura Militar, em março de 1965. O acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e USAID previa uma consultoria de técnicos estadunidenses em parceria com funcionários do Departamento de Ensino Secundário (DES), que formaram a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), cuja função era “orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados no setor do planejamento do ensino secundário”. Em 1968, um aditivo acrescentava, como função da EPEM, “introduzir e estimular o desenvolvimento de ginásios polivalentes” (RESENDE, 2015, p. 91).

Ainda em 1968, foi criado pelo Decreto Lei nº 63.914, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), responsável por “incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio” (BRASIL, 1968, art. 1) e instituir os Ginásios Polivalentes em todos os estados:

II - Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, à construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional (BRASIL, 1968, art. 6).

Entre 1971 e 1972, a EPEM foi incorporada ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN)⁶, uma reestruturação do Programa anterior, que tinha

⁵ Os GOT foram criados no começo dos anos 1960, a partir da proposta dos Ginásios Modernos, e estavam vinculados ao Departamento de Ensino Secundário do MEC, sob direção de Gildásio Amado. Posteriormente foram renomeados como Ginásios Polivalentes (BRASIL, 1969).

⁶ De acordo com Resende (2015, p. 99), em 1972, após a promulgação da lei nº 5.692/71, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio foi substituído pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino,

como função central “aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil” (BRASIL, 1972, art. 1). A primeira etapa do PREMEN previa a “construção de ginásios polivalentes na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (RESENDE, 2015, p. 101).

Os GOT/Polivalentes eram escolas com um projeto que buscava associar a iniciação técnica e a educação geral, sem a intenção de profissionalizar os alunos, mas que assegurasse uma iniciação para uma futura ocupação profissional, sobretudo para os jovens que precisassem trabalhar após concluir o ensino ginásial (BRASIL, 1969, p. 87). Essa escola eliminaria

as diferenças entre os ginásios secundários e os ginásios profissionais, estabelecendo não só a articulação como a fusão dos cursos e contribuindo assim para atenuar os preconceitos que ainda existem contra o ensino técnico (BRASIL, 1969, p. 92).

Os Ginásios Polivalentes teriam o objetivo, portanto, de superar o sistema vigente:

O ginásio Polivalente constituirá uma síntese das formações teórica e vocacional. A interpenetração do ensino formal com a sondagem vocacional será feita à base do restabelecimento da noção de que a teoria e a prática são partes complementares de uma formação harmoniosa e realista (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, *apud* RESENDE, 2015, p. 27).

Os GOT/Polivalentes integravam, desse modo, as medidas implantadas pelo MEC para tentar solucionar o problema da acelerada expansão escolar que se intensificou na década de 1960 e exigia um outro tipo de educação (TOLEDO, 2017).

Em maio de 1970, por meio da resolução nº 925, foi aprovado o convênio entre o MEC/PREMEN e o Estado de Minas Gerais. Entre outras medidas, o convênio previa a gradual transformação dos ginásios existentes no estado em Ginásios Polivalentes e a construção de cerca de 90 novos estabelecimentos. Para tanto, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) estaria responsável por executar o Programa, por meio de uma comissão que buscaria terrenos adequados para a construção das novas escolas, se responsabilizaria pelo pagamento das despesas, pelo pagamento do salário dos professores e pessoal técnico, além de organizar o seu treinamento, que seria realizado em parceria com universidades, faculdades e centros de treinamento. Os ginásios, construídos ou remodelados, teriam uma organização e estrutura curricular

por meio do Decreto nº 70.067/72. Resende (2015) destaca que o PREMEN manteve as diretrizes básicas do programa anterior.

própria, definidas pelas Diretrizes Gerais para o Ginásio Polivalente, que incluía a padronização da arquitetura, da quantidade de alunos e do currículo.

O item “Fundamentação teórica do ginásio Polivalente”, em anexo à Resolução nº 925/70 (MINAS GERAIS, 1970), informava que o Ginásio Polivalente manteria um núcleo de disciplinas tradicionais que assegurasse uma cultura comum para todos os alunos, e “a oferta de opções, variáveis de acordo com as aptidões específicas e interesses individuais”, que contribuiria para a redução “de desperdício de talentos e vocações, evitando-se através dessa contínua orientação, uma escolha profissional prematura” (MINAS GERAIS, 1970, p. 11). Essa oferta de múltiplos caminhos, colaboraria para a diminuição da evasão “cuja causa é a irrelevância dos currículos inflexíveis em relação aos interesses e capacidade dos estudantes”. O novo ginásio valorizaria e desenvolveria as capacidades e interesses dos jovens, mas manteria a formação de uma “cultura comum” (MINAS GERAIS, 1970, p. 11-12).

Após a implantação da Lei nº 5.692/71, que integrou o ensino Primário e Ginásio na escola de 1º grau, efetivando a obrigatoriedade escolar de 8 anos, o projeto das escolas Polivalentes foi intensificado, pois sua proposta se aproximava da perspectiva profissionalizante do ensino. Segundo Pedrosa e Bittencourt Junior (2015, p. 12), os Ginásios Polivalentes seriam um “embrião da reforma da educação brasileira, cuja meta era promover integração entre educação e trabalho”.

Um histórico do PREMEN, de 1975, localizado no acervo da escola, informava que o Polivalente ofereceria um ensino de 1º grau com ênfase na “iniciação humanística, científica, artística e tecnológica exercitando aptidões”, colaborando para que os estudantes definissem, no 2º grau, “pela habilitação profissional imediata ou pela preparação para o ingresso na universidade” (ESCOLA POLIVALENTE, 1975, p. 3).

A lei nº 5.670/71 regulamentou a primeira fase do Programa em Minas Gerais, com a construção de oito Ginásios Polivalentes no Estado⁷. O Polivalente instalado na cidade de Alfenas integrou a segunda fase de implementação do projeto. Segundo Aspásia Vieira Ayer (1991)⁸, a proposta de construção de um novo Ginásio Estadual em Alfenas teve início em 1969, e foi fomentada por professores e diretores de escolas locais,

⁷ As primeiras escolas Polivalentes foram criadas nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Teófilo Otoni, Uberaba, Divinópolis, Montes Claros e Patos de Minas.

⁸ Aspásia Vieira Ayer era pedagoga, membro do Serviço de Orientação Educacional do Instituto de Educação de Belo Horizonte e Inspetora Federal do Ensino. Nasceu na cidade de Alfenas e produziu o livro *A Educação em Alfenas nas décadas de 60/70*, obra memorialística, que narra a história da criação de vários grupos escolares e ginásios da cidade. A educadora coletou uma série de documentos oficiais, atas, discursos e artigos de jornais.

membros da burocracia educacional do Estado, pela prefeitura e por vereadores. Em 1970, por meio da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)⁹, foi instalado um novo Ginásio Público na cidade, a partir de um convênio com a prefeitura e a comunidade alfenense, que recebeu o nome de Antônio Joaquim Vieira¹⁰. Em um primeiro momento, o ginásio funcionou no período noturno, em um prédio cedido pela direção do Curso Complementar Judith Vianna, passando, pouco depois, a funcionar nas salas do Grupo Escolar Arlindo Silveira.

Ainda em 1970, a cidade de Alfenas foi selecionada pelo PREMEM para a construção de um Ginásio Polivalente. No acordo entre o Estado e o município, o Ginásio da CNEC seria absorvido pela nova instituição. De acordo com Ayer (1991), o município de Alfenas se interessou pela proposta, pois deixaria de arcar com os custos do Ginásio da CNEC, já que o Polivalente funcionaria com verba estadual. Para a implantação da nova instituição educativa, a prefeitura de Alfenas doou um terreno ao Estado de Minas Gerais, em novembro de 1970. O convênio entre o PREMEM e a prefeitura foi assinado no ano seguinte, no dia 18 de março de 1971. O Ginásio Polivalente funcionaria em dois turnos, com capacidade para 800 alunos, de acordo com o projeto original. O prédio oficial terminou de ser construído em 1972, ano em que a escola iniciou suas atividades.

Após alguns percalços para que o Polivalente de Alfenas absorvesse os alunos do antigo Ginásio da CNEC, estes foram incluídos em horários extraordinários, alocados em turmas do turno noturno, por estarem fora da idade regular. Os estudantes possuíam entre 11 e 26 anos e eram, em grande parte, trabalhadores: mecânicos, agricultores, serventes, domésticas, cabelereiras, engraxates, balconistas, oleiros, porteiros, mecânicos, agricultores, lavradores, tipógrafos, jornaleiros, entre outras profissões. Além dos alunos absorvidos do Ginásio da CNEC, a escola recebeu estudantes para todas as séries, classificados por meio de um exame de seleção. A relação do primeiro grupo de alunos do Polivalente de Alfenas revelava um público bastante heterogêneo, com diferentes condições sociais.

Depois de terminada a construção da escola, a USAID encaminhou os equipamentos das oficinas, as máquinas para as disciplinas Práticas, que foram montadas

⁹ A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade foi criada em Recife, com o objetivo de instalar ginásios gratuitos para pessoas carentes. As Escolas da Comunidade possuíam auxílio federal, estadual, municipal e também da comunidade local. Para saber mais ver: Holanda (1977).

¹⁰ Antônio Joaquim Vieira integrava uma das famílias responsáveis pela fundação da cidade de Alfenas. Segundo Ayer (1991), havia criado uma escola primária para seus empregados no século XIX.

pelos professores, alunos e membros da comunidade local. A nova escola começou a funcionar no dia 12 de junho de 1972.

Segundo Ayer (1991), o Polivalente de Alfenas foi recebido com grande entusiasmo pela população. Em 25 de junho de 1972, o Jornal da cidade *O Alfense*, demonstrava a repercussão da implementação do Ginásio, por meio de uma reportagem com o primeiro diretor da escola, intitulada “Escola Polivalente, realidade alfenense”. Em uma das respostas, o diretor explicava os objetivos do novo estabelecimento:

Polivalente quer dizer algo que possui valor nas diversas coisas. Nossa escola vai fazer uma sondagem da capacidade de nossos alunos. Oferecerá a eles diversas possibilidades de opções vocacionais. [...]. Ela já está totalmente dentro da Reforma do Ensino do 1º grau e por isso possui diversas inovações como salas ambiente e oficinas, além das matérias acadêmicas (O ALFENSENSE, 25/6/1972 *apud* AYER, 1991, p. 215).

As palavras do diretor procuravam esclarecer à população sobre as especificidades da nova escola e os objetivos de sua criação, em conformidade com a reforma implantada pela lei nº 5.692/71 e a organização da escola de 1º grau.

As experiências iniciais

Por sua característica distinta das demais escolas públicas de Minas Gerais, os professores e corpo administrativo dos Polivalentes eram preparados em cursos especiais, para que se adequassem às diretrizes do Programa. Em Minas Gerais, os cursos foram executados em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os professores das disciplinas técnicas eram treinados nos “Centros de Treinamento de Formação de Professores de Artes Práticas” (ESCOLA POLIVALENTE, 1975, p. 2). Os candidatos sem diploma superior realizavam um curso que habilitava para uma licenciatura de curta duração. Quem já possuía licenciatura, realizava um curso complementar de “reciclagem”, para entender a filosofia do novo Ginásio. Os primeiros professores do Polivalente de Alfenas realizaram a formação nos cursos oferecidos pela Faculdade de Educação da UFMG e pelo Centro de Treinamento de Professores de Betim, com duração de dez meses e de 44 horas semanais (PEDROSA, BITTENCOURT JUNIOR, 2015, p. 21-22). O contrato inicial de trabalho era de dois anos, em regime de CLT.

Os documentos do Polivalente de Alfenas reforçavam a especificidade da escola, que vincularia desenvolvimento intelectual e qualificação para o trabalho, formação humanística com formação científica e técnica. Desse modo, o currículo estava dividido

em duas modalidades: *Formação Geral*, composto pelas matérias do núcleo comum – Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Inglês ou Francês; e *Formação Especial*, com Práticas Industriais, Práticas Agrícolas, Práticas Comerciais e Educação para o Lar (ESCOLA POLIVALENTE, 1975, p. 2-3). Conforme Pedrosa e Bittencourt Junior (2015, p. 17-18), todos os estudantes deveriam ter, ao menos, quatro horas de aulas das disciplinas Práticas por semana, para que pudessem explorar suas aptidões.

Por conta dessa característica, a diretora se recorda que organizar o quadro de horário era um trabalho complexo, pois demandava conciliar as aulas do núcleo comum, de 50 minutos, com a divisão das turmas nas aulas Práticas:

O horário era muito bem montado. [...] Tinham as Artes Práticas, eram sempre dois módulos, 50 minutos mais 50. E sempre a turma era dividida. Então, se ficava a metade em Educação para o Lar, a outra metade estava em Técnicas Comerciais. Aí funcionava prática mesmo. Então, tinha a parte teórica e a parte prática (DIRETORA, 2017, p. 19).

Dentre as especificidades do Polivalente, destacava-se o seu funcionamento em regime semestral e as aulas em salas ambientes. Cada uma das áreas de sondagem de aptidões, além das disciplinas de formação geral, possuía sala própria:

Tinha a sala de Português, Matemática, Geografia, de História, Laboratório de Ciências. Tinha as Artes Práticas, Educação para o Lar, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais. Tinha também as Artes Industriais. [...] os alunos se movimentavam na escola. Então tinha aula de Português na sala de Português. Terminava a aula, tocava uma música, aí eles mudavam da sala de Português e iam para a sala de Matemática [...] (DIRETORA, 2017, p. 3).

A ênfase na sondagem de aptidões era ressaltada:

O aluno que por exemplo tinha uma tendência para a mecânica, então ele já tinha aquela base de como era a parte de mecânica e tal, a agrícola, e assim por diante. Era uma escola que tinha Comerciais, a Educação para o Lar, que já era coisa mais doméstica. Mas as outras três eram bem técnicas mesmo. Então, ela tinha o núcleo comum: Português, Matemática, Geografia, História, Moral e Cívica, OSPB, Religião, Ciências, Inglês, francês, o aluno fazia a opção, ensino religioso ou OSPB, eram dez conteúdos. E as Práticas, as oficinas (PROFESSOR, 2018, p. 12).

Era uma escola que era orientada para o trabalho. Então era uma escola que tinha que ser muito concretizada, não só teórica. Tanto que as aulas de ciência eram no laboratório. Então era bem na prática. O que visava muito era a prática. Era fazer (DIRETORA, 2017, p. 6).

Os educadores reforçavam a dimensão vocacional e prática das atividades escolares, os alunos produziam e “aprendiam a fazer”.

No primeiro ano de funcionamento da escola os professores, direção e coordenação pedagógica realizaram uma série de visitas, com o objetivo de estabelecer uma integração com a comunidade. Os relatórios elaborados indicavam visitas a centros assistenciais, estabelecimentos comerciais, fábricas e indústrias de Alfenas e região. Um relatório da visita à empresa Curtume Godoy, realizada pela equipe da disciplina de Técnicas Agrícolas e pelas orientadoras educacional e pedagógica, em março de 1972, detalhava todo o processo de produção de couro, encerrando do seguinte modo:

Tiramos, é claro, bastante proveito nesta visita e gostaríamos de salientar a prontidão com que o Sr. Godoy nos atendeu, colocando-se a disposição para necessidades futuras e melhores esclarecimentos, além de nos oferecer o que houver de mais moderno em matéria de bibliografia (ESCOLA POLIVALENTE, 1972, s/p.).

Em outro relatório de visita, ao Condomínio Agrícola Aliança, os professores de Educação para o Lar afirmavam a importância das novas tecnologias:

Achamos importante a aplicação da técnica moderna que está sendo empregada no plantio da citricultura e o aproveitamento do espaço da área. Foi muito interessante para nós de Educação para o Lar, pois tomamos conhecimento do que será produzido na região, para orientarmos como preparar e usar os produtos (ESCOLA POLIVALENTE, 1972a, s/p.).

Os relatórios informavam uma aproximação entre a escola e setores econômicos da região, com o objetivo de estabelecer uma colaboração com estas instituições e conhecer as tecnologias utilizadas na indústria, buscando uma melhor formação prática e teóricas para as disciplinas técnicas.

As lembranças do professor permitiram apreender como se davam algumas aulas das disciplinas técnicas:

[...] tinha por exemplo, na parte Agrícola: - vamos fazer criação de coelhos... não, vamos plantar hortaliças. Tinha uma horta lindíssima no colégio. [...]. E a parte de Técnicas Comerciais era uma sala, uma miniempresa, tinha expedição, tinha loja, venda, entrada e saída, tal, tal, tal. Tinha coisa de datilografia, que era da época [...]. Na oficina nós formamos cinco áreas de estudos, era parte de gráficos, parte de tipografia, a parte de eletricidade - que aprendíamos a parte de circuitos elétricos -, a parte de metal - que a gente aprendia solda, fazer trabalhos com o ferro. A parte de cerâmica, que era a parte artística, e a parte de madeira, que era mais marcenaria, que fazíamos trabalho onde a madeira era a matéria prima principal. Eu coordenava tudo (PROFESSOR, 2018, p. 13).

Ele se recordava da organização de suas aulas, da relação com os alunos e as atividades desenvolvidas:

Dividia os alunos em grupo, a gente trabalhava com vinte alunos, então eram quatro alunos por área. E de quinze em quinze dias ia mudando. E era uma coisa interessante, porque tinha a aula, cinco minutos antes de terminar a aula eu falava: - olha vou desligar as máquinas e vamos limpar a oficina. Eles limpavam, jogavam água na oficina, deixavam limpinho para a turma que ia chegar, sem problemas. Para você ter uma ideia, eu tinha todas essas máquinas, que você pode imaginar, nunca tive um acidente com aluno [...]. Era muito gostoso, muito gostoso. E eles faziam tudo, tinham o jaleco próprio (PROFESSOR, 2018, p. 13).

[...] Eu fazia muito estojo com os meninos, aqueles descansos de panela, caixas variadas, quadros, mexiam com pirógrafos [...], marchetaria, que é aquele trabalho que faziam com madeira. Eles faziam aquelas caixas quadriculadas com marcenaria. Eu falava com os meninos assim: - domingo é dia de feira, vamos na feira pegar caixote de maçã para fazer. Aí chegava sexta feira e aquele tanto de caixote. Faziam aqueles quadrinhos de amor, era amarelo, levavam gravurinha e colavam, decoravam em volta, envernizavam. E sabe aquelas casinhas de boneca, era isso. E era muito bom (PROFESSOR, 2018, p. 17).

A diretora e o professor destacaram, ainda, que as disciplinas técnicas eram para todos os estudantes, sem distinção entre meninos e meninas:

Em Educação para o Lar eles aprendiam a fazer um almoço, um jantar, [...] como devia ser a mesa. Toda etiqueta. [...]. Eles amavam Educação para o Lar, até os meninos. Arrumar cozinha, tudo, faziam tudo, tudo. [...] quando chegava a Prática de Técnicas Agrícolas, as meninas também cavoucavam a terra, semeavam, plantavam, tiravam os matinhos, colhiam. [...] (DIRETORA, 2017, p. 19-20).

E eles gostavam. Qualquer aluno que você conversar, que foi meu aluno, que foi de Agrícola, de Comerciais, de Educação para o Lar, as quatro áreas de sondagem de aptidões, que passou por lá, não esquece. Você ia na sala de Educação para o Lar, os meninos costurando, pregando botão, lavando roupa, fazendo comida, servindo mesa... era fantástico! Na oficina, as meninas, martelando, pregando, lixando, era muito bom, era muito interessante (PROFESSOR, 2018, p. 10-11).

As falas dos educadores sobre a disciplina de Educação para o Lar indicavam o assentimento com as normatizações do Estado para esta disciplina escolar, que estabeleciam: “Quando destinado a meninos deve atender à sua condição e às suas funções no futuro lar, abrangendo não só problemas de administração do lar, como, na medida do possível e desejável, atividade de economia doméstica” (MINAS GERAIS, 1970, p. 9 *apud* PEDROSA, BITTENCOURT JUNIOR, 2015, p. 18).

Ao rememorar as práticas escolares, a diretora e o professor construíram representações positivas de suas experiências coletivas. Segundo eles, as disciplinas voltadas para a sondagem de aptidões eram realizadas com prazer, por estudantes e professores, sem distinção de gênero. Mesmo as disciplinas de formação geral possuíam um caráter prático, conforme orientavam as normatizações, como os jornais produzidos pelos alunos, sob coordenação do professor de Português, utilizados como ferramenta

pedagógica, e que demonstravam uma significativa participação discente nas atividades de produções dirigidas.

Outro tema importante presente nos documentos da escola era a adequação às diretrizes estabelecidas pela lei nº 5.692/71. Inaugurado no início da reforma, o Ginásio Polivalente de Alfenas precisava estruturar-se para se tornar uma escola de 1º grau. Logo em fevereiro de 1972, uma circular da SEE/MG recomendava o fim do exame de admissão, os alunos que concluíssem a 4ª série em outras escolas da cidade teriam sequência direta para a 5ª série do 1º grau. Apesar da circular, o Polivalente manteve, nos dois primeiros anos, um processo seletivo interno.

O fato de ser uma escola que funcionava em regime semestral também gerava dúvidas. Em um ofício encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, em agosto de 1972, o diretor do Polivalente solicitava esclarecimentos sobre o modo de aprovação e reprovação dos alunos que haviam se transferido para a escola, naquele semestre:

- a. O mês de acolhimento e recuperação e também o ano de 1971 dão direito ao aluno repetente se matricular no 2º semestre de sua série, uma vez que seu aproveitamento foi considerado regular?
- b. em caso afirmativo, como legalizar o histórico escolar do primeiro semestre do aluno? Aproveitando suas notas do 1º semestre de 1971? Aproveitando a avaliação realizada durante o mês de acolhimento?
- c. em caso negativo, não haveria alguma solução para o aproveitamento e o progresso desses alunos? Do contrário estariam perdendo, ou melhor, atrasando um ano em seus estudos.
- d. há ainda o caso especial de 2 alunos que repetiram o ano de 1971 só por causa de Línguas Estrangeiras (Francês ou Inglês). Levando-se em conta que esta matéria é optativa na Escola Polivalente, não consideramos estes alunos como repetentes, mas simplesmente os encaminhamos para a série seguinte, conforme orientação verbal recebida de funcionários da Secretaria da Educação. Neste caso, agimos corretamente? (ESCOLA POLIVALENTE, 1972b, s/p).

A resposta do CEE/MG, de setembro do mesmo ano, tratava somente dos dois alunos do Polivalente reprovados em disciplinas de língua estrangeira. O parecer, do relator da Câmara do Ensino Médio do CEE/MG, concluía que os alunos não poderiam ser promovidos para os semestres seguintes, pois as disciplinas, ao serem selecionadas pela escola, tornaram-se obrigatórias e integravam o currículo regular. A questão do regime semestral se manteve como um problema nos anos seguintes, chegando a ser solicitado, pela direção, a modificação para o regime anual em 1975.

A grande quantidade de reprovações também era tema das discussões no início de organização da escola. No ano de 1974, a direção do Polivalente enviou ofício para algumas escolas da cidade, antigos grupos escolares, solicitando que os professores da 4ª série seguissem o programa oficial do Estado de Minas Gerais, como uma forma de

tentar diminuir as reprovações dos alunos que ingressavam na 5ª série no Polivalente. A diretora considerava a disparidade entre os programas das quatro primeiras séries (1ª a 4ª série) e das quatro últimas (5ª a 8ª série) como um dos motivos para as reprovações.

Ainda em 1974, uma circular interna informava sobre os critérios de recuperação Inter-semestral, com o objetivo de diminuir as reprovações. No ano seguinte, nova circular interna orientava os professores sobre a distribuição das avaliações, por unidades, em cada semestre. Em 1976, a 27ª Delegacia Regional de Ensino (DRE) de Varginha divulgava a instrução n. 06, com orientações para os “Estudos de Recuperação”, que deveriam ser implantados pelas escolas, ao término do ano letivo. A instrução tinha como objetivo:

- fazer justiça ao aluno, pois nem sempre lhe cabe a responsabilidade do fracasso;
- corrigir a seletividade de seres humanos e reduzir a taxa de repetência que onera o sistema sem oferecer pedagogicamente um saldo positivo;
- reduzir a marginalização do menos capaz, incentivando-o a permanecer no sistema escolar;
- reeducar alunos e professores para que encarem as dificuldades inerentes ao processo de ensino aprendizagem, não como irrecuperáveis, mas como consequência de fatores que devidamente reconhecidos podem ser tratados de forma mais produtiva, contornados, parcial ou totalmente superados (PARECER 320/72 do CEE *apud* MINAS GERAIS, 1976, s/p).

Pedrosa e Bittencourt Junior (2015, p. 21) destacam que as regulamentações mineiras para os Polivalentes tratavam das reprovações, recomendando a sua redução, a partir da organização de “classes especiais de recuperação durante as férias”. Contudo, o problema das reprovações foi abordado pela direção da escola em diversos momentos, e afetava os modos de organizar as avaliações e recuperações, também reiteradamente discutidos, causando, inclusive, conflitos entre direção e docentes.

Aspectos cívicos e religiosos nos rituais escolares

O Polivalente de Alfenas constituiu uma série de rituais escolares desde sua constituição. Essas práticas evidenciavam a formação de uma identidade da escola e sua relação com a cidade de Alfenas e as cidades vizinhas. Logo no início do seu funcionamento, foi determinado o “Dia do Patrono – Antônio Joaquim Viera”, em 7 de dezembro. O evento contou com a realização de uma solenidade, que incluiu o hasteamento da Bandeira, a fala de alunos da escola, um discurso de representante da família Vieira, o canto do hino à escola, a inauguração de uma placa e o retrato do Patrono, além de uma missa celebrada pelo padre diretor (AYER, 1991, p. 220). O “Dia

do Patrono” passou a integrar um dos principais rituais da escola, sendo comemorado ao longo de toda a década de 1970, momento em que também era festejada a formatura dos alunos concluintes da 8ª série.

Dentre as atividades cívicas que integravam o cotidiano do Polivalente, destacavam-se as festas comemorativas e os concursos escolares. Esses eventos envolviam especialmente os professores de História, Geografia, Educação Física e Educação Moral e Cívica. Alguns órgãos da direção da escola abordavam as duas festividades centrais: o dia da Independência do Brasil e o aniversário de Alfenas. Toda a comunidade escolar era incentivada a participar desses eventos, que mobilizavam as demais escolas da cidade e a comunidade alfenense, de modo mais amplo. Em um álbum de fotografias do Polivalente, uma frase simbolizava a importância da participação da instituição nas comemorações cívicas: “Na grandiosidade e beleza de suas balizas e na cadência e garbo de sua fanfarra, a Escola Estadual de 1º grau ‘Antônio Joaquim Vieira’ marca a sua presença em todas as festividades cívicas em Alfenas” (ESCOLA POLIVALENTE, 1979a, s/p).

No primeiro ano de funcionamento da escola, em 1972, as atividades realizadas na Semana da Pátria contaram com palestras de professores que abordaram temas relacionados às comemorações do sesquicentenário, além do desfile cívico e a produção de um carro alegórico com uma representação de Tiradentes (ESCOLA POLIVALENTE, 1972c). Após o hasteamento da Bandeira, foram proferidas duas palestras pelos professores de História e Educação Moral e Cívica (EMC). Na primeira, o professor construiu uma narrativa da história do país, da chegada de Pedro Álvares Cabral até a vinda de D. Pedro ao Brasil, e os fatos que teriam levado à Independência. Na segunda palestra, o professor partiu do dia da independência para, em seguida, enaltecer alguns personagens históricos e citar realizações dos governos militares:

1822, D. Pedro ia de Santos para São Paulo quando foi alcançado pelo correio, Paulo Bregaro, enviado por José Bonifácio, do Rio, para lhe mostrar as últimas comunicações de Lisboa. As Cortes exigiam que D. Pedro voltasse.

Tendo em redor sua guarda de honra, às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro despejou-se do laço com que as cores portuguesas e brandindo a espada proferiu o grito: Independência ou morte.

Era sete de setembro

E assim puderam os brasileiros cantar:

Já podeis da pátria filho,

Ver contente a mãe gentil,

Já raiou a liberdade,

No horizonte do Brasil.

1972. Brasil independente. Brasil livre, 150 anos de Brasil que dia a dia vai afirmando-se diante das nações e marcando sua presença nos grandes feitos da humanidade.

Brasil que nos deu Santos Dumont, Osvaldo Cruz, Carlos Gomes, Villa Lobos, Aleijadinho, Rui Barbosa, Portinari.

O crescimento da indústria siderúrgica automobilística naval e aeronáutica, o crescimento da literatura e das artes, as conquistas nos esportes e em tantos outros campos, mostram um Brasil que vai atingindo seu desenvolvimento. No setor educacional há o grande esforço de atingir a todos;

As reformas estão sendo implantadas, procurando atender bem de perto à nossa realidade. Os jovens procuram as universidades na ânsia de aprender mais, para dar mais e melhor.

Constroem-se estradas, os meios de comunicação e transportes vão encurtando as distâncias e integrando o país com uma Belém-Brasília, uma Transamazônica.

Assim vai o Brasil realizando sua independência, consolidando-a (ESCOLA POLIVALENTE, 1972d, s/p).

Ao final, a palestra elogiava as ações dos homens para o progresso do país, e convocava cada pessoa a atuar em sua missão, buscando se responsabilizar pela construção coletiva da nação. As duas palestras, que evidenciavam uma concordância com as ações dos governos militares, construíam uma narrativa da história do Brasil que se pretendia única e exemplar, para os jovens em formação. Sem existência de conflitos, tanto os homens do passado como os do presente colaborariam para levar o Brasil ao desenvolvimento. Martins e Kaufmann (2009, p. 255), apontam que essa educação cívica, promovida durante a Ditadura Militar, buscava fomentar nos estudantes “valores morais da nacionalidade” por meio da “preparação de posturas pessoais e para a compreensão da brasilidade e do Brasil”.

As festividades cívicas eram organizadas em parceria com a prefeitura, envolviam a comunidade alfenense e as demais escolas públicas e privadas da cidade. Em diversos ofícios, os Prefeitos de Alfenas parabenizavam a escola pela participação no desfile ‘cívico-militar’ de aniversário do município, informando que a escola teria feito uma “magnífica demonstração de civismo”. Os álbuns de fotografia permitiram identificar que a participação nos eventos cívicos contava com a fanfarra e o grupo de ginástica Moderna. Ambos eram as grandes atividades extraclasse do Polivalente, reconhecidos pela comunidade de Alfenas e pelas cidades vizinhas.

Além dos desfiles e comemorações das datas cívicas, os alunos do Polivalente participavam de concursos cívicos de redação, organizados pela SEE/MG, pelo MEC e por outros órgãos, como a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Os concursos abordavam temas sobre o “Dia da Abolição, 13 de maio”, “Dia do índio”, “Os Símbolos Nacionais”, “A Bandeira Nacional”, “O Barroco brasileiro”, e homenageavam personagens históricos, como Santos Dumont, Marechal Rondon e Nina Rodrigues. Esses concursos, ao destacar a participação de determinados grupos e indivíduos na

formação do país, reforçavam o ensino de valores morais e a construção de uma memória histórica nacional.

A relação entre civismo e religião também estava presente no cotidiano da escola. Algumas missas eram executadas em eventos, como nas formaturas e no *1º Encontro do Dia do Estudante*, em 1977, que incluiu cantos cristãos e a programação de uma missa de encerramento. As atividades organizadas pelo Serviço de Orientação Educacional (S.O.E.) também se caracterizavam pela abordagem religiosa. As “sessões coletivas de orientação educacional” realizadas com alunos, pais e professores, abordavam temas morais: “enxergar cristo nos outros”, “Formação do caráter: o verdadeiro Homem e a verdadeira Mulher”; a “necessidade de educação e orientação religiosa para formação da personalidade do adolescente” etc. A S.O.E. também colaborava com exibições de filmes com temáticas religiosas, como o *Meu Cristo Inconstante*, exibido pelo “Clubinho das 8º séries”.

Os ofícios e relatórios indicavam uma intensa relação entre o Polivalente e a comunidade local, tanto pela participação de pessoas da cidade em eventos da escola como nas atividades extraescolares. A atuação da Instituição nas festividades e concursos cívicos, estava de acordo com as orientações curriculares de Minas Gerais¹¹, mas também existia um interesse da comunidade escolar em participar. Nesse sentido, é importante compreender os rituais cívicos como instâncias de sacralização de valores legitimados socialmente, conforme destaca Benito (2017, p. 81), e de transmissão de uma memória coletiva.

Conflitos e resistências

Os documentos localizados no arquivo morto do Polivalente de Alfenas trouxeram vestígios de conflitos que revelaram as dificuldades de organização da escola, nos seus primeiros anos de funcionamento. Desde o início das atividades, os regimentos internos, registros, ofícios, circulares e regulamentos, buscaram normatizar a conduta de professores, corpo administrativo e estudantes. Algumas circulares tratavam dos direitos e deveres dos funcionários, como a circular de agosto de 1973, que informava sobre os deveres e direitos dos professores:

Seção XI - Deveres de professores

¹¹ Os Programas curriculares para os Estudos Sociais, de 1973, incluía, como parte das ações de EMC, a participação em eventos e concursos cívicos.

a) não tratar, em sala de aula, de assuntos pessoais ou de assuntos de caráter interno da escola, ou assuntos alheios ao que deverá lecionar. b) não tratar, com alunos, de assuntos de caráter interno da Escola, sobre os quais o aluno não tenha necessidade de tomar conhecimento. c) cumprir e fazer cumprir fielmente o horário e o calendário escolar. d) assinar o livro de pontos, na hora de entrada e saída do serviço [...]. Manter rigorosamente em dia o diário de classe, que deverá se fazer com a maior e máxima clareza, precisão e presteza. [...] (ESCOLA POLIVALENTE, 1973, s/p).

Além das regras que diziam respeito ao modo de conduta com os alunos, o documento apontava assuntos que foram tema de inúmeros ofícios e circulares - a assiduidade e a entrega de notas e diários. Uma circular, ainda do mês de agosto de 1973, estabelecia resoluções que pretendiam resolver o problema dos atrasos e faltas dos professores e demais funcionários. Dentre as penalidades, estava o desconto em folha de pagamento. No mês seguinte, a direção do Polivalente encaminhou ofício ao Departamento de Ensino da SEE/MG, solicitando orientação de como proceder em relação a dois problemas: um professor que não participava das reuniões de pais e mestres, com alegação de que não recebia hora-extra; e uma professora que faltava e se atrasava nas aulas regulares. Questionava, ainda, a possibilidade de descontar, do horário de trabalho, o número de aulas perdidas.

Em 1975, novo ofício da direção para o “Coordenador de Administração do Pessoal das Escolas Polivalentes”, demandava instruções sobre um professor que faltava, não seguia o regulamento da escola e não acatava as “ordens e disposições internas da Diretoria” (ESCOLA POLIVALENTE, 1975c, s/p). O documento informava que o professor se recusava a participar na organização das atividades extraclasse, como os desfiles cívicos. Por fim, comunicava que pretendia dar uma suspensão de trabalho, por alguns dias, como forma de “chamada de consciência do professor, na esperança de que o mesmo reflita sobre suas obrigações e seja mais responsável no cumprimento do dever” (ESCOLA POLIVALENTE, 1975c, s/p).

As faltas e ausências de professores também eram notificadas para a SEE/MG. Em 1976, uma professora chegou a ser convocada a prestar esclarecimentos pelas faltas sem justificativas. No ano de 1979, outro ofício advertia uma professora sobre a quantidade de faltas sem aviso prévio e o transtorno causado pelo fato:

- que a falta de Va. Sa. como Professor, prejudicou todo andamento das aulas, pois devido os seus 2 cargos, várias turmas no dia 5.9.79 ficaram sem aula.
- que a assiduidade do Professor é requisito indispensável a sua função de educador.
- que é impossível arrumar substituto no momento em que os alunos já estão na sala de aula. (ESCOLA POLIVALENTE, 1979, s/p).

O documento finalizava com o registro de uma advertência e o aviso de uma possível punição futura: “Se mais forem necessárias, serão levadas em consideração para o próximo ano, no caso de Va. Sa. requerer aulas como convocado para um segundo cargo de Professor” (ESCOLA POLIVALENTE, 1979, s/p).

Os atrasos na entrega das notas e diários de classe também se tornaram problemas, registrados em diversos comunicados. Uma comunicação interna, de 1973, da direção da escola a um professor, solicitava a entrega dos diários de classe na secretaria, que deveriam ter sido devolvidos no fim do semestre anterior. Em outubro, nova circular notificava os professores de Técnicas Agrícolas pela não entrega das notas no prazo estipulado, e demandava, ainda, que dosassem “as atividades dos alunos, de modo que não fiquem alunos sem atividades e alunos em trabalho dentro da classe, para se evitar que alunos desocupados perambularem pela escola ou fiquem simplesmente fora da sala de aula, sem ter o que fazer” (ESCOLA POLIVALENTE, 1973^a, s/p).

Mais uma circular, de agosto de 1976, trazia questões relacionadas ao controle do trabalho dos professores, por meio de um informe sobre a data da entrega das avaliações e a penalidade no caso de atraso:

O professor que não for pontual à entrega dos resultados na secretaria, terá anotação na folha de frequência do mês, o que resultará em atraso (*sic*) de seu pagamento por vários meses. Sentimo-nos forçados a usar deste instrumento legal devido aos inúmeros problemas criados pelos professores que não entregam no devido prazo os seus resultados (ESCOLA POLIVALENTE, 1976b, s/p).

A ordem e a hierarquia no Polivalente eram outros assuntos em pauta. Uma circular, de 1975, assinalava alguns problemas com a falta de ordem no Polivalente. Para tanto, a direção da escola pedia aos professores que mantivessem:

- Ordem em seus objetos na sala dos professores
- Ordem em sua sala de aula
- Ordem por toda parte onde for necessária sua presença

Por favor, deixe na Escola apenas o que é da Escola. Leve para casa os seus pertences [...]

Por favor, peça e insista com seus alunos para deixarem as carteiras nos seus devidos lugares ao final da aula. É muito educativo o trabalho em grupo, mas ao terminá-lo, ensino e faça com que os alunos em ação grupal coloquem as carteiras nos lugares (ESCOLA POLIVALENTE, 1975^a, s/p).

No final de 1976, duas professoras da escola respondiam negativamente a um pedido da direção. As professoras haviam recebido a incumbência de elaborar o horário de recuperação dos alunos. Contudo, informavam que não poderiam realizar a tarefa, pois estavam em época de elaboração, aplicação e correção de provas: “a correção de provas leva bastante tempo, e sinceramente, não creio ser justo deixar minha obrigação

de professora, com o trabalho relacionado mais com o aluno, para me dedicar a um favor que em outra ocasião eu faria com todo prazer” (ESCOLA POLIVALENTE, 1976a, s/p). A recusa das professoras explicitava o conflito e a desarmonia com a direção da escola.

Dificuldades com os alunos também foram relatadas nos documentos, como em 1974, quando um ofício da direção informava aos pais de um aluno sobre sua suspensão, em razão de indisciplina, alto índice de faltas e por não levar os livros didáticos para a aula (ESCOLA POLIVALENTE, 1974). Em 1975, a direção do Polivalente novamente convocou alguns pais para discutir a suspensão de alunos. Ainda nesse ano, uma carta endereçada ao Presidente do Grêmio Estudantil, apresentava um pedido de demissão de sete estudantes dos cargos que ocupavam, em razão de:

1. Impossibilidade de um bom funcionamento sem sala própria;
2. Por sermos elementos ativos sentimo-nos privados de promover atividades esportivas e estudantis por falta de apoio da atual Diretoria da Escola Estadual de 1º grau Antônio Joaquim Vieira a que pertencemos (ESCOLA POLIVALENTE, 1975b, s/p).

O documento evidenciava discordâncias entre os estudantes e a direção do Polivalente. Outra circular, de 1976, com o objetivo de melhorar a disciplina e assiduidade dos estudantes, informava aos pais sobre novas regras da escola:

- Serão admitidos às aulas a partir de 02 de agosto os alunos que:
1. Estiverem devidamente uniformizados,
 2. chegarem no horário: 7.00 horas do turno da manhã e 12.30 horas no turno da tarde.
- O aluno que não assistir a primeira aula do dia estará impedido de assistir as demais (ESCOLA POLIVALENTE, 1976, s/p.).

Os ofícios e circulares do Polivalente demonstravam uma recorrência, durante a década de 1970, de conflitos no que se refere ao cumprimento das normas e o estabelecimento de uma ordem na escola. Professores e alunos confrontavam as regras estabelecidas e as tentativas de controle, por meio de pequenas resistências – faltas, atrasos, indisciplina, a não entrega dos diários e notas nos prazos –, e outros enfrentamentos cotidianos.

Considerações finais

O ginásio Polivalente “Antônio Joaquim Vieira” foi criado no município de Alfenas, pequena cidade do sul de Minas Gerais, no começo dos anos 1970, em um momento de importantes transformações da educação escolar. Sua inauguração foi

possível a partir das relações estabelecidas entre educadores e políticos da cidade, com o governo do Estado e o Ministério da Educação. Analisar seu processo de criação, e as práticas iniciais, pelo olhar da cultura escolar, permitiu conhecer algumas experiências específicas daqueles que colocaram a escola em funcionamento - na relação com a comunidade, nas aulas das disciplinas técnicas e nos valores religiosos e patrióticos presentes nas festividades cívicas e concursos de redação.

As mudanças ocorridas após a implantação da reforma da educação pela Lei nº 5.692/71, repercutiram na vida escolar do Polivalente de Alfenas, expressos em sua dimensão vocacional, era uma escola voltada para o aprender a fazer, seja nas disciplinas práticas como nas salas ambientes. Outro ponto em destaque foram as dificuldades de se estruturar em regime semestral e as ações para entender os motivos das reprovações dos alunos e a busca por soluções.

Os rituais instituídos pela escola, nos eventos e atividades extraclasse, reforçavam a perspectiva de um ensino por meio de bons exemplos. A valorização dos grandes personagens, inseridos nos importantes acontecimentos nacionais, colaboravam para a construção de valores cívicos e patrióticos vinculados à uma moral cristã, que estimulavam os estudantes alfenenses a integrarem o progresso nacional, em acordo com os preceitos tão valorizados pelo regime militar.

No entanto, os primeiros anos de existência do Polivalente de Alfenas também foram marcados por conflitos internos. Se, por um lado, as prescrições de regras e normas pretendiam conformar comportamentos e modos de agir, por outro, as desobediências de professores e alunos demonstravam as pequenas resistências cotidianas.

THE ALFENAS MULTIPURPOSE AND THE REMNANTS OF SCHOOL PRACTICE (1971-1979)

Abstract: This article analyze the installation of the multipurpose gymnasium in the city of Alfenas and examine some aspects of teaching practices established during the first decade of its existence. With a look at the school culture, the documents located at the school and two interviews were taken as sources, which allowed examining the specifics of practices that were established in the institution in a period of significant changes in Brazilian education after the implementation of law no. 5,692/71. The research showed the movement of structuring the school, its vocational characteristic and the functioning of technical disciplines. Daily experiences indicated the construction of civic rituals that fostered a collective identity constitution, but also showed the conflicts and resistance of teachers and students.

Keywords: School culture. Multipurpose. Alfenas.

ESCOLA POLIVALENTE “Antônio Joaquim Vieira” De Alfenas. **Relatório de visita realizada em 21/3/1972 à empresa Curtume Godoy.** Manuscrito. 1972. 2f.

_____. **Relatório de visita realizada em 22/3/1972 ao Condomínio Agrícola Aliança.** Manuscrito. 1972a. 2f.

_____. **Ofício n. 22/72,** de 1/8/1972. Consulta ao Conselho Estadual de Educação sobre aproveitamento de estudos. 1972b. 3f.

_____. **Relatório das atividades desenvolvidas na semana da pátria.** 15/09/72. 1972c. Folha avulsa.

_____. **Palestra para a Semana da Pátria.** 1972d. Folha avulsa.

_____. **Comunicação interna nº 005/73,** de 15 de agosto de 1973, aos professores e Pessoal do Corpo Técnico Administrativo. 1973. 2f.

_____. **Comunicação interna n. 008/73,** de 07 de outubro de 1973. 1973a. Folha avulsa.

_____. **Ofício da direção n. 026/74,** de 9/5/1974. Assunto: esclarecimentos a pai de aluno. 1974. Folha avulsa.

_____. **Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN.** Abril/1975. 5f.

_____. **Circular n. 01/75,** de 2 de maio de 1975. Aos professores. 1975a. Folha avulsa.

_____. **Carta ao Presidente do Grêmio Estudantil.** Pedido de demissão. 23/4/1975. 1975b. Folha avulsa.

_____. **Ofício n. 100/75,** de 7/10/1975, ao Coordenador de Administração do Pessoal das Escolas Polivalentes”. Assunto: pede instruções. 1975c. 2f.

_____. **Circular aos Pais dos alunos da E. E. Antônio Joaquim Vieira de Alfenas,** de 21/6/1976. 1976. Folha avulsa.

_____. **Comunicação à diretora.** 1976a. Folha avulsa.

_____. **Circular** aos **Professores**, de 2/8/1976. 1976b. Folha avulsa.

_____. **Ofício n. 035/79**, de 6/9/1979. Assunto: Advertência. 1979. Folha avulsa.

_____. **Álbum histórico**. 1979a.

HOLANDA, I. C. de. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade**: um estudo histórico. (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1977.

KAUFMANN, C.; MARTINS, M. C. Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX. In: VIDAL, D.; ASCOLANI, A. (Orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina**: ensaios de história comparada da educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009, p. 241-260.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Resolução 925, de 27/05/1970**. Aprova o Convênio celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Primário - PREMEM - e o Estado de Minas Gerais. Diário Oficial da União. 1970.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Programas de Ensino de 1º grau de Estudos Sociais**. Belo Horizonte. 1973

MINAS GERAIS, 27ª Delegacia Regional de Ensino (DRE) - Varginha. Instrução n. 06, Assunto: “Recuperação final”, 8 de novembro de 1976. 1976.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14. p. 35-60, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020

PEDROSA, J. G.; BITTENCOURT JUNIOR, N. F. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: Os Ginásios Polivalentes (1971-1974). **Trabalho e Educação**. v. 24, n. 1. p. 11-30. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9408>. Acesso em: 10 mai. 2020.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PROFESSOR. Entrevista concedida a Juliana Miranda Filgueiras, Jorge Eduardo Lima Araújo e Aliny Silva Baião. Alfenas, 3 mai. 2018.

RESENDE, L. A. V. de. **As escolas Polivalentes do triângulo mineiro e alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965–1976)**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2015.

TOLEDO, M. R. de A. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: TOLEDO, M. R. de A.; MACHADO, A. R. de A. **Golpes na História e na escola**. São Paulo: Cortez: ANPUH-SP. p. 178-198. 2017.

VIDAL, D. G. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: Nascimento, M. I. M., Sandano, W., Lombardi, J. C. & SAVIANI, D. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: Histedbr. p. 59-71. 2007.

_____. No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. v. 0, p. 63-82, 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Juliana Miranda Filgueiras é doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

Jorge Eduardo Lima Araújo é graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); professor da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Recebido em 15/05/2020

Aceito em 24/09/2020